**PROCESSO nº:** 1206-3873/2015

**INTERESSADO**: José Anderson Bonfim Barros

**ASSUNTO**: Pagamento de Docente (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças).

**PARECER TÉCNICO**

Trata-se de solicitação de pagamento de docente interposta pelo Comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, José Roberto Gomes Guimarães – Ten. Cel. QOC PM, em favor de **José Anderson Bonfim Barros**, conforme solicitação de fls. 02.

Os autos, composto de 01 (um volume) com 75 (setenta e cinco) folhas, foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE,** para análise final e parecer conclusivo acerca da procedência ou não do débito em desfavor da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP/AL, objeto do presente processo, atendendo ao que determina o Decreto Estadual nº 4.190, de 1º de outubro de 2009 e alterações posteriores dadas pelo Decreto nº 15.857/2011 e Decreto nº 47.891/2016.

O processo administrativo em tela já aportou nesta CGE, com parecer técnico acostado às folhas 35/39, contendo relatório da instrução processual, de modo que tal elemento será parcialmente suprimido no pronunciamento *in casu*.

Em análise pretérita, algumas lacunas processuais foram verificadas, levando a conversão do feito em diligência para a apresentação dos documentos abaixo relacionados, quais sejam:

1. Que o docente seja notificado para apresentar o relatório das atividades desenvolvidas, lista de frequência ou lista de participantes concluintes, resultado das avaliações aplicadas, conforme determina o Edital e Decreto nº 25.212/2013.
2. Planilha de cálculo com identificação das horas efetivamente ministradas, do valor do menor subsídio ou vencimento da carreira do oficial docente, do percentual a ser aplicado sobre o subsídio apresentado como referência e somatório dos valores a receber.
3. Valores do Subsídio – que sejam apensados aos autos os valores do menor subsídio ou vencimento da carreira do servidor para conferência dos cálculos.
4. Nota fiscal referente aos serviços prestados.

Às fls. 43/63 evidenciado o cumprimento das diligências descritas na alínea “a” e “b”, às fls. 64/68, constam as informações requeridas na alínea “c”. Por fim, às fls. 70/72 constam Nota Fiscal Eletrônica de Serviço, no valor de **R$4.842,60 (quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos)**, e comprovação de pagamento do tributo correspondente à prestação dos serviços.

Retornam os autos para análise e pronunciamento conclusivo por esta Assessoria Técnica, nos termos dos despachos da Chefia de Gabinete e da Superintendência de Auditagem desta Controladoria Geral (fls. 74/75).

**1 - RELATÓRIO**

**I – PRELIMINARMENTE**

Observa-se que o processo de pagamento de docente em favor de **José Anderson Bonfim Barros**, foi conferido e encontra-se em obediência ao art. 63 da Lei Federal nº. 4.320/64. *In verbis:*

**Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.**

**§ 1° Essa verificação tem por fim apurar:**

**I - a origem e o objeto do que se deve pagar;**

**II - a importância exata a pagar****;**

**III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.**

Nos termos da legislação regente, depreende-se dos autos a origem da despesa pública em questão, qual seja o credenciamento de servidores realizado, com o fito de preenchimento de vagas para realização do curso de Formação de Praças – CFP/2013.

Ante a instrução processual apresentada, resta hialina a obrigação imposta ao Estado de Alagoas do pagamento pretendido pelo servidor José Anderson Bonfim Barros, considerando o credenciamento supramencionado e a efetiva prestação dos serviços.

Os valores a serem pagos estão consubstanciados no cômputo de horas ministradas, ,consoante publicado no Boletim Geral Ostensivo nº 053, de 20.03.2014 (fls. 22) e nos termos do Decreto nº 29.258/2013, que regulamenta o pagamento da hora trabalhada aos instrutores das capacitações promovidas pela Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

**2 – DO EXAME DOS AUTOS**

Feitas as considerações PRELIMINARES acima expostas, passamos a analisar os aspectos que merecem relevo na aferição da ***“análise e emissão de parecer técnico conclusivo”*,** conforme requerido pela Superintendência de Auditagem desta CGE/AL (fl. 75).

Compulsando os autos, conclui-se que o presente processo administrativo encontra-se adequadamente instruído, obedecendo aos requisitos das legislações regentes, composto de toda a documentação que possibilita a análise do feito.

Reitere-se que o presente processo já aportou nesta CGE em data anterior para análise e parecer técnico (fls. 35/39), onde no mérito foram apresentados alguns aspectos relevantes a serem solucionados, pelo órgão de origem, que prontamente foram resolvidos.

**É O RELATÓRIO.**

**3 - NO MÉRITO**

De toda a explanação e detalhamento dos autos, observa-se que o processo foi devidamente instruído, de forma que os documentos apresentados dão suporte à solicitação aduzida às fls. 02.

**4 - CONCLUSÃO**

Após a análise realizada, verifica-se a procedência do crédito em favor do servidor **José Anderson Bonfim Barros**, conforme solicitado às fls. 02 dos autos, pela prestação de serviços como instrutor no Curso de Formação de Praças – CFP/2014, no importe de **R$4.842,60 (quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos)**.

Por fim, encaminhem-se os autos ao Gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada, sugerindo o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP/AL, com fins de adoção das medidas pertinentes ao pagamento pretendido.

Maceió, 27 de setembro de 2016.

Márcia Soares Costa Correia

**Assessora de Controle Interno/ Matrícula nº 101-5**

**De acordo:**

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**